

**Relatório do Auditor Independente e Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2025 e 2024**

ESCOLA SALESIANA SÃO JOSÉ

31/12/2025

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À

Escola Salesiana São José

A/C: Administradores

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Escola Salesiana São José que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às empresas de pequeno e médio porte, e entidade sem fins lucrativos (ITG 2002 - R1).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade e ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas

contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 20 de abril de 2026.

Atenciosamente,

Wesley Abra de Assis
Contador - CRC/SP 288527/O-6
Consulcamp Auditoria
CRC 2SP024818/O-5

Escola Salesiana São José

Balço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em reais, exceto quando indicado de outra forma.

Ativo	Nota	2025	2024	Passivo	Nota	2025	2024
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.319.996	217.236	Empréstimos e financiamentos		-	120.705
Anuidades a receber	5	3.337.447	2.847.679	Fornecedores	10	689.545	176.984
Estoques		121.455	101.895	Contas a pagar de partes relacionadas	11	2.673.083	1.098.106
Tributos a recuperar	6	571.797	571.797	Tributos a pagar	12	20.056	2.935
Adiantamentos Fornecedores		65.088	37.439	Obrigações sociais e trabalhistas	13	1.596.449	1.462.988
Outras contas a receber	7	23.452	19.586	Adiantamentos de mensalidades e anuidades	14	1.895.882	1.672.219
		5.439.235	3.795.632	Outros valores a pagar		-	4.095
						6.875.015	4.538.033
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Imobilizado	8	138.254.322	138.231.345	Contas a pagar de partes relacionadas	11	8.149.418	10.668.990
Intangível	9	23.487	36.505	Provisões para contingências	15	633.999	-
		138.277.809	138.267.849			8.783.417	10.668.990
				Total do passivo		15.658.432	15.207.023
				Patrimônio Líquido			
				Patrimônio Social		14.189.597	14.969.224
				Superávit ou Déficit do Exercício		1.202.153	(1.130.927)
				Ajustes de avaliação patrimonial		112.666.861	113.018.160
				Total do Patrimônio Líquido		128.058.611	126.856.458
Total do ativo		143.717.044	142.063.481	Total do passivo e patrimônio líquido		143.717.044	142.063.481

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Escola Salesiana São José
Demonstração do resultado do exercício
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Nota	2025	2024
Receitas das atividades educacionais	19	22.745.363	19.108.822
Contribuições de anuidades escolares		32.442.865	26.626.090
Outras contribuições educacionais		35.472	91.468
Devolução de anuidades		(5.147)	(354)
Bolsas de Estudo - Parciais		(460.922)	(361.487)
Bolsas de Estudo - Integrais		(3.828.292)	(3.099.708)
Bolsas de Estudo - Acordo coletivo		(1.457.352)	(1.381.814)
Demais gratuidades concedidas		(3.981.261)	(2.765.373)
Outras Receitas		1.729.647	1.536.203
Aluguéis		1.098.948	948.951
Recuperação de Despesas		61.071	60.943
Outras receitas		569.628	526.309
Total de Receitas		24.475.009	20.645.025
Custo dos serviços prestados		(13.529.301)	(12.634.944)
Com Programas / Atividades de Educação	20	(13.529.301)	(12.634.944)
Superávit Operacional Bruto		10.945.708	8.010.082
Despesas operacionais	21	(9.586.819)	(9.090.836)
Salários		(4.157.298)	(3.572.234)
Encargos Sociais		(213.647)	(229.473)
Impostos e Taxas		(306.778)	(357.887)
Aluguéis		(240.054)	(725.795)
Serviços contratados de terceiros		(1.299.730)	(998.773)
Material de uso e consumo		(548.530)	(482.294)
Despesas gerais		(2.174.771)	(2.021.936)
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa		26.436	(204.476)
Provisões		(633.999)	(72.124)
Outras despesas/receitas operacionais		(38.448)	(425.843)
ENCARGOS FINANCEIROS LÍQUIDO	22	(156.737)	(50.172)
Receitas Financeiras		590.325	764.257
Despesas Financeiras		(747.061)	(814.429)
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO PERÍODO		1.202.153	(1.130.927)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Escola Salesiana São José
 Demonstração das mutações do patrimônio líquido
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 Em reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Patrimônio Social	Superávit ou Déficit do Exercício	Ajustes de avaliação patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
Em 1º de janeiro de 2024	16.990.553	(2.723.927)	113.720.760	127.987.386
Déficit do Período	-	(1.130.927)		(1.130.927)
Ajuste de avaliação patrimonial	702.598	-	(702.598)	-
Transferência de Déficit do período	(2.723.927)	2.723.927	-	-
Em 31 de dezembro de 2024	14.969.224	(1.130.927)	113.018.162	126.856.458
Transferência de Déficit	(1.130.927)	1.130.927		-
Superávit do Período	-	1.202.153		1.202.153
Ajuste de avaliação patrimonial	351.299	-	(351.299)	-
Em 31 de dezembro de 2025	14.189.596	1.202.153	112.666.863	128.058.611

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Escola Salesiana São José
Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 Em reais, exceto quando indicado de outra forma.

	2025	2024
Superávit / (Déficit) do Exercício	1.202.153	(1.130.927)
Ajustes do lucro (prejuízo) líquido		
Provisões para contingências	633.999	197.123
Depreciação e amortização	1.435.204	1.555.862
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(59.892)	(323.325)
Baixa de Ativos Imobilizados	(29.558)	59
Superávit / (Déficit) ajustado	3.181.906	298.792
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Anuidades a Receber	(429.877)	144.825
Estoques	(19.560)	30.755
Adiantamentos Fornecedores	(27.648)	(4.535)
Outras contas a receber	(3.866)	64.803
Impostos a Recuperar	-	(195.218)
Fornecedores	201.408	47.012
Tributos a pagar	17.120	42.604
Obrigações sociais e trabalhistas	133.461	388.103
Adiantamentos de mensalidades e anuidades	223.663	234.363
Outros valores a pagar	(4.095)	4.095
Pagamentos de processos e acordos judiciais	-	(124.998)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	3.272.513	930.601
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Venda de ativo imobilizado	30.003	-
Compra de ativo imobilizado	(1.134.455)	(116.193)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(1.104.452)	(116.193)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Obtenção de empréstimos - Partes Relacionadas	(944.596)	(192.592)
Quitação de empréstimos	(120.705)	(497.000)
Caixa aplicado nas atividades de financiamentos	(1.065.301)	(689.592)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	1.102.760	124.816
Caixa e equiv. De caixa no início do período	217.236	92.421
Caixa e equiv. De caixa no fim do período	1.319.996	217.236
Variação no caixa e equivalente de caixa	1.102.760	124.816

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Escola Salesiana São José, com sede em Campinas, Estado de São Paulo, à Av. Almeida Garret, 267 - Jardim N. S. Auxiliadora, CEP. 13087-290, de caráter educacional, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (C.N.P.J.) sob o nº 46.066.296/0001-44, foi constituída sob a forma de Sociedade Civil sem Fins Lucrativos, tendo como objetivo principal a prestação de Serviços Educacionais de nível Infantil, Fundamental, Médio e Técnico, a concessão de subsídios a obras sociais e a prática de filantropia. A Entidade promove atividades de Assistência Social em sua sede através do Centro Profissionalizante Dom Bosco.

As Demonstrações Contábeis incluem o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, e Demonstração dos Fluxos de Caixa, do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas notas explicativas.

A autorização para a emissão das Demonstrações Contábeis foi dada pela Diretoria em 17 de abril de 2026.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas a seguir, as quais vêm sendo aplicadas de modo consistente e uniforme em todos os exercícios apresentados.

2.1. Base de Preparação e Apresentação

As demonstrações contábeis estão preparadas em conformidade com o CPC PME (R1) - NBC TG 1000 (R1), aprovado pela Resolução CFC Nº 1.255/09, que requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento, por parte da administração da Entidade, no processo de aplicação das políticas contábeis, e também a Resolução CFC nº 1.409/12, que aprovou a ITG 2002 (R1), aplicável às Entidades Sem Finalidade de Lucros, com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como a legislação fiscal e tributária. Estão sendo divulgadas de forma comparativa às do exercício anterior.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Entidade atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Entidade.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, são as provisões para contingências (Nota 15), a determinação das vidas úteis do ativo imobilizado (Nota 08) e a avaliação das condições socioeconômicas para concessão de bolsas de estudos e gratuidades (Nota 03).

2.4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais e com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras são resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

2.5. Contas a Receber

Referem-se a direitos a receber de alunos pela contraprestação de serviços educacionais, deduzido de estimativa para Perdas, constituída para fazer face aos valores incobráveis por inadimplência dos devedores.

Para a constituição de provisão perdas a entidade adota o seguinte critério:

- a) Para os títulos vencidos que estão em cobrança judicial ou extrajudicial há mais de 5 anos, reconhece uma estimativa de perda de 50%;
- b) Para os títulos em aberto entre 3 e 5 anos, reconhece uma estimativa de perda de 30%;
- c) Para títulos vencidos a menos de 3 anos, reconhece uma estimativa de perda de 20%.

2.6. Impostos a recuperar

Referem-se ao processo nº 5008201- 59.2018.4.03.6105 que está em tramite perante a 02a Vara da Justiça Federal de Campinas - SP para a restituição dos valores pagos PIS s/folha de pagamento dos meses de agosto/2016 a julho/2020, devido a decisão do juiz determinando imunidade tributária para escola (processo judicial nº 0008507-80.1999.4.03.6105 (Ação Declaratória de Imunidade de Contribuições Sociais).

2.7. Imobilizado

Inicialmente registrado ao custo de aquisição. A mensuração subsequente dos edifícios e terrenos está apresentada pelo custo atribuído (*deemed cost*).

A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 08, reconhecidos no resultado do exercício e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens, estando sujeitos à análise sobre sua recuperabilidade.

Os ganhos e as perdas em alienação são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em outras receitas operacionais.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

2.8. Intangível

Avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Está representado basicamente por licenças de softwares adquiridas, que são capitalizadas com base nos custos incorridos na sua aquisição e preparo dos softwares para sua utilização. Os gastos com o aperfeiçoamento ou a expansão do desempenho dos softwares para além das especificações originais são acrescentados ao custo original do software. Os gastos com o desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis estimadas.

2.9. Avaliação do Valor Recuperável de Ativos (Teste de “Impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.10. Matrículas e Anuidades recebidas antecipadamente

Como prática de negócio e mercado de atuação da Entidade, as matrículas do ano letivo seguinte iniciam-se ao final do exercício social em curso. Consequentemente são reconhecidas como anuidades antecipadas, no Passivo Circulante. As mensalidades de períodos subsequentes recebidas antecipadamente pela Entidade no exercício social em curso serão reconhecidas no Resultado do Exercício, de acordo com o regime de competência.

2.11. Fornecedores e Contas a Pagar

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, classificadas como Passivo Circulante (vencimento até 12 meses) e Passivo Não Circulante (vencimento após 12 meses).

2.12. Impostos e Contribuições a Recolher

Referem-se às retenções de contribuições e impostos na folha de pagamento, sobre pagamentos de serviços a pessoas físicas e jurídicas, bem como demais tributos inerentes a manutenção das atividades da entidade, cujo vencimento ocorrerá em até 12 meses.

2.13. Provisões para Contingências

A Instituição efetua o reconhecimento de provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e impostos) quando há uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos

passados e seja provável a saída de recursos necessária para liquidar a obrigação, bem como o valor tiver sido estimado com segurança.

2.14. Outros Ativos e Passivos (Circulantes e Não Circulantes)

Um ativo é reconhecido no Balanço Patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no Balanço Patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como Circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como Não Circulantes.

2.15. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, os Ajustes da Avaliação Patrimonial e o Déficit do exercício corrente, o qual, após apreciação e autorização de sua Diretoria em Assembleia Geral, será incorporado ao Patrimônio Social.

2.16. Aplicação de Recursos

Os recursos da Entidade são aplicados em suas finalidades institucionais em conformidade com seu Estatuto Social, demonstrado por suas despesas e seus investimentos patrimoniais.

2.17. Imunidade Tributária

Uma vez que a Entidade não distribui parcela de seu patrimônio, ou de suas rendas, a título de lucro ou participação nos resultados, aplica integralmente no País os recursos para

manutenção de seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune de impostos federais e estaduais incidentes sobre seu patrimônio, sua renda e seus serviços (Constituição Federal, artigo 150, e Código Tributário Nacional, artigo 14).

2.18. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros utilizados pela Entidade restringem-se às aplicações financeiras de curto prazo, contas a receber e fornecedores, em condições normais de mercado. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, a rentabilidade e a minimização de riscos. A Entidade não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos.

2.19. Reconhecimento de Receitas e Despesas

A receita de serviços inclui mensalidades, matrículas, taxas de inscrições em cursos e outras prestações de serviços, sendo registrada no mês em que os serviços são prestados. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. A receita é apresentada líquida dos abatimentos e descontos e das devoluções de serviços.

Os custos e despesas estão sendo registrados pelo princípio de competência do exercício.

As gratuidades concedidas estão sendo apresentadas na Nota nº 3 e se encontram em conformidade com a Lei Complementar nº 187/2021.

3. Concessão de Gratuidades

Composição das Gratuidades - Educação

As informações apresentadas referentes às Gratuidades estão registradas na contabilidade, são suportadas pelo Departamento Financeiro da Entidade e serão objeto de análise pelo Ministério da Educação na renovação da Certificação da Entidade, conforme os requisitos previstos na Lei Complementar 187, de 16 de dezembro de 2021, e Decreto 11.791, de 21 de novembro de 2023.

A Entidade com atuação na área de educação deve conceder anualmente bolsas de estudos 100% e 50% conforme os parâmetros da Lei complementar 187, observando os critérios socioeconômicos, sem qualquer forma de discriminação, segregação ou vedada a utilização de critérios étnicos, religiosos, corporativos, políticos ou quaisquer outros que afrontem esse perfil, ressalvados os estabelecidos na legislação vigente.

O cálculo a seguir é pautado nos ditames contidos na Lei Complementar 187, de 16 de dezembro de 2021, e Decreto 11.791. de 21 de novembro de 2023.

Considerando-se que:

- Número total de alunos matriculados no ESSJ: 1.411
- Número total de alunos pagantes no ESSJ: 1.311
- Número total de alunos bolsas Convenção Coletiva sem perfil: 65
- Número total de alunos bolsa integral e com deficiência (187/2021): 6
- Número total de alunos com bolsa de 100%: 194
- Número total de alunos com bolsa de 50%: 40
- Número total de alunos com autorização salesiana 100%: 2
- Número total de alunos inadimplentes há mais de 90 dias que deixaram de renovar matrícula: 33

Cálculo dos benefícios complementares:

Montante dos custos realizados pela entidade com os benéficos complementares	R\$ 35.472,05
<hr/>	
Receita Bruta Anual de Mensalidades	R\$ 31.715.485,24
<hr/>	
Total de alunos matriculados excluindo-se os inadimplentes	1.378
<hr/>	
Valor de referência utilizado para conversão dos benefícios complementares	R\$ 23.015,59
<hr/>	
Bolsas integrais convertidas em benefícios complementares	1
<hr/>	
Número de benefícios complementares utilizado no cálculo	1

1) Análise das bolsas concedidas face as exigências legais:

1.1) Verificação do total de bolsas necessárias:

5	-----	1
1311	-----	X

X = 262 bolsas 100%

A ESSJ deveria conceder 262 bolsas de 100% para perfil socioeconômico conforme a legislação e concedeu 200 bolsas e 1 bolsa convertidas em benefícios complementares, portanto 201, faltaram 61 bolsas 100% que podem ser preenchidas com bolsas 50%. Passemos a esta análise.

1.2) Checagem do número mínimo de bolsas 100% que deveriam ser concedidas:

A legislação determina que sejam concedidas, no mínimo, 1 bolsa de 100% para cada 9 alunos pagantes, vejamos:

9	-----	1
1311	-----	Y

Y = 146 bolsas 100% (número mínimo de bolsas que deveriam ser concedidas).

A ESSJ preencheu este requisito legal, pois concedeu 201 bolsas 100%, quando deveria ter concedido, no mínimo, 112.

1.3) Checagem da complementação de bolsas 50% às bolsas de 100%:

Considerando-se que foi preenchido o requisito de número mínimo de bolsas de 100% concedidas, a Instituição pode complementar as faltantes com bolsas de 50%.

Vejamos:

Conforme item 1.1 acima, verificou-se que faltaram 61 bolsas de 100% e, tendo em vista que a Instituição concedeu acima do número mínimo de bolsas 100% (item 1.2 acima), é possível complementar com bolsas de 50%.

Considerando-se o entendimento do MEC, faltaram 61 bolsas de 100%, a Instituição deveria ter concedido, no mínimo, 122 bolsas de 50% para complementar as de 100%.

Tendo em vista que foram concedidas 40 bolsas de 50% e 89 bolsas a mais de 100%, pode-se afirmar que a ESSJ cumpriu os requisitos legais ao conceder 201 bolsas de 100% e 40 bolsas de 50%.

- ✓ A entidade utiliza bolsas equivalentes a benefícios complementares para cálculo dos índices.
- ✓ A concessão de todas as bolsas contabilizadas foi precedida de análise do perfil socioeconômico das famílias, com estudos feitos por assistentes sociais devidamente capacitadas, verificação de documentos e entrevista em domicílio, quando pertinente.

A Escola Salesiana São José preencheu todos os requisitos legais e concedeu acima do número mínimo de bolsas de 100%, 50% e benefícios complementares exigidos por lei.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa	2025	2024
Caixa	3.000	3.000
Bancos	3.471	4.652
Aplicações Financeiras	1.313.525	209.584
Total	1.319.996	217.236

5. Anuidades a receber

Anuidades a receber	2025	2024
Anuidades a receber - ano corrente	980.666	718.363
Anuidades a receber - Anteriores ao ano corrente	47.813	376.921
Anuidades - Cobrança jurídica	1.357.600	773.203
Anuidades - Cobrança em poder de terceiros	-	70.696
Acordos judiciais	1.318.756	1.366.421

Escola Salesiana São José
Notas explicativas da administração
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em reais, exceto quando indicado de outra forma.

Acordos extrajudiciais	253.090	266.086
Acordos a Receber - Tesouraria	-	1.360
Cartão de Crédito - Rede	336.661	258.203
(-) Estimativas de perdas em créditos de liquidação duvidosa	(957.140)	(983.576)
Total	3.337.447	2.847.679

Em 31 de dezembro de 2025, a análise do vencimento de saldos de anuidades a receber é a seguinte:

	2025	2024
Vencidos		
Até 365 dias:	1.317.327	976.566
Acima de 365 dias:	2.977.260	2.854.688
	4.294.587	3.831.254
<i>Em cobrança jurídica</i>	2.676.357	2.139.625
<i>Em cobrança administrativa</i>	300.903	713.704
(-) Estimativas de perdas em créditos de liquidação duvidosa	(957.140)	(983.576)
	3.337.447	2.847.679

A movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	2025	2024
Saldo inicial	(983.576)	(1.105.649)
Adições	59.892	198.327
Baixas	(33.456)	(76.254)
Saldo final	(957.140)	(983.576)

6. Tributos a recuperar

Os saldos para o grupo em 31 de dezembro são demonstrados a seguir:

	2025	2024
Tributos a recuperar		
Pis s/ folha a recuperar	571.797	571.797
TOTAL	571.797	571.797

7. Outras contas a receber

Os saldos para o grupo em 31 de dezembro são demonstrados a seguir:

Outras contas a receber	2025	2024
Antecipação Férias	10.635	7.113
Despesas antecipadas	12.817	12.472
Total	23.452	19.586

8. Ativo Imobilizado

Imobilizado	Melhoria s Imóv.	Terrenos	Máq. e Equip.	Veículos	Áudio Visual	Material pedagógico	Equip. Informática	Móveis e Utensílios	Imóv., instal., capelas	Adiantamento p/ imobilizado	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	894.491	114.997.318	68.219	-	44.034	8.371	33.470	136.018	23.502.468	-	139.684.389
Aquisições	-	-	6.463	-	1.486	-	79.197	8.823	1.279	-	97.248
Baixas	-	-	(398)	-	-	-	(8.037)	-	(789)	-	(9.224)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações	(627.798)	-	(10.601)	-	(8.528)	(2.977)	(20.790)	(45.036)	(825.338)	-	(1.541.068)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	266.693	114.997.318	63.683	-	36.991	5.394	83.840	99.805	22.677.619	-	138.231.345
Aquisições	524.578	-	4.614	129.112	44.354	1.650	28.325	135.846	-	577.125	1.445.608
Baixas	-	-	-	-	(3)	-	-	(378)	-	-	(381)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciações	(497.655)	-	(10.312)	(10.759)	(8.297)	(1.658)	(26.524)	(51.322)	(815.724)	-	(1.422.251)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	293.616	114.997.318	57.985	118.353	73.046	5.386	85.645	183.952	21.861.895	577.125	138.254.322

9. Ativo intangível

A movimentação referente ao grupo, e saldo em 31 de dezembro, é apresentada a seguir:

Intangível	Softwares
Saldos em 1º de janeiro de 2024	23.188
Adições	27.771
Baixas	-
Transferências	-
Amortizações	(14.455)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	36.504
Adições	-
Baixas	-
Transferências	-
Amortizações	(13.018)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	23.486

10. Fornecedores

Fornecedores	2025	2024
Nacionais	336.530	176.984
Nacionais - Ativo Imobilizado	353.015	-
Total	689.545	176.984

11. Partes Relacionadas

A Instituição faz parte do grupo de Escolas Salesianas e mantém transações com a unidade Liceu Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora e a Inspeção Salesiana de São Paulo

Em 2018, a instituição, através de Convênio Filantrópico de Educação e de Assistência Social, obteve empréstimo junto ao Liceu Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora, como aporte financeiro para a execução de seus objetivos estatutários e a necessidade de Capital de giro no montante de R\$ 5.400.000,00.. Em 31 de dezembro 2025, perante o acréscimo de juros

e a diminuição devido aos pagamentos que começaram a ser feitos em maio de 2023, o montante ficou com o saldo de R\$ 5.011.528.

Em 2022, a instituição, através de Contrato de Mútuo, obteve empréstimo junto a Inspetoria Salesiana de São Paulo, motivado pela Pandemia de Covid-19 como aporte financeiro para a execução de seus objetivos estatutários e a necessidade de Capital de giro no montante de R\$ 4.000.000,00 em março e em setembro R\$ 700.000,00. Em 31 de dezembro 2025, perante o acréscimo de juros e a diminuição devido aos pagamentos que começaram a ser feitos em fevereiro de 2023 de um dos empréstimos, o montante ficou com o saldo de R\$ 5.810.972 (6.332.641 - 2024).

Abaixo é apresentado as classificações dos valores:

	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante	
	2025	2024	2025	2024
Liceu Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora	840.000	240.000	4.171.528	5.194.456
Inspetoria Salesiana de São Paulo	1.833.083	858.106	3.977.890	5.474.535
TOTAL	2.673.083	1.098.106	8.149.418	10.668.990

12. Tributos a pagar

Os saldos em 31 de dezembro de 2025 são apresentados a seguir:

Tributos a pagar	2025	2024
PIS, COFINS e CSLL retidos	1.031	1.016
ISS a recolher	9.478	1.312
IRRF a recolher	659	364
Pis Lei 10833/03 - 5952 - 5979	222	96
CSLL - Lei 10833/03 - 5987	342	147
INSS retido a recolher	8.325	-
Total	20.056	2.935

13. Obrigações sociais e trabalhistas

Obrigações sociais e trabalhistas	2025	2024
Salário a Pagar	539.058	454.356
Férias a Pagar	595.156	497.706
Pensão Alimentícia a Pagar	930	1.907
INSS a Recolher	80.001	73.220
FGTS a Recolher	160.650	239.083
IRRF a Recolher - 0561	194.861	173.988
Contribuições Sindicais	1.593	1.189
Empréstimo Consignado	24.201	21.538
Total	1.596.449	1.462.988

14. Adiantamentos de mensalidades e anuidades

Adiantamentos de mensalidades e anuidades	2025	2024
Mensalidades Antecipadas	396.544	460.848
Mensalidades Antecipadas - 1º Plano 12	44.669	69.413
Mensalidades Antecipadas - 1º Plano 13	1.966.095	1.793.489
Mensalidades Antecipadas - Pleno	48.826	53.498
(-) Descontos Concedidos	(560.252)	(705.106)
Encargos financeiros	-	77
Total	1.895.882	1.672.219

15. Provisões para contingências

A entidade realizou provisões em montante considerado suficiente para todos os processos apontados pelos assessores jurídicos como risco de perda provável. A seguir apresentamos um quadro resumido dos valores contabilizados:

Provisões	2025	2024
Trabalhistas	(633.999)	-

<u>Total</u>	<u>(633.999)</u>	<u>0</u>
--------------	------------------	----------

A seguir são apresentadas as movimentações inerentes as provisões:

	<u>Trabalhistas</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-
Adições	633.999	633.999
Saldos em 31 de dezembro de 2025	<u>633.999</u>	<u>633.999</u>

Segundo os assessores jurídicos, os processos possíveis de perda foram estimados em R\$ 8.238.709,81, os quais nenhuma contabilização é requerida conforme seção 21, NBC TG 1000 (R1).

18. Isenções usufruídas

A Escola Salesiana São Jose é uma Entidade sem fins lucrativos, imune de recolhimento do imposto de renda (com base no artigo 150 da Constituição Federal) e isenta do recolhimento da contribuição social sobre o superávit. Com relação aos demais tributos sobre as atividades próprias da Entidade, destacamos os seguintes

Cota Patronal do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - isenta dessa contribuição, possuindo o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), por meio do processo nº 23000.014956/2018-21 teve renovado a certificação com validade pelo período de 15/03/2019 a 14/03/2022, já protocolado tempestivamente o processo nº 23000.010208/2021-75 consta em análise.

COFINS - em relação a essa contribuição, a MP nº 2.185-35, em seu artigo 14, inciso X, dispôs que, para os fatos geradores ocorridos a partir de 1º de Fevereiro de 1999, são isentas da COFINS as receitas relativas às atividades próprias das instituições de educação e assistência social a que se refere o Artigo 12 da Lei nº 9.532/97; todavia, tais atividades são entendidas pelas autoridades fiscais como sendo as contribuições e doações e anuidades ou mensalidades de seus associados e mantenedores ou recursos recebidos de terceiros, destinadas ao custeio e a manutenção da instituição e execução de seus objetivos

estatutários, mas que não tenham cunho contraprestacional. A isenção das contribuições previdenciárias usufruídas nos exercícios está composta dos seguintes valores:

Descrição	2025	2024
Cota Patronal do INSS	3.027.990	2.808.312

Os encargos tributários e as contribuições apuradas e recolhidas pela Entidade estão sujeitos a revisões futuras por parte das autoridades fiscais em prazos legais de prescrição variáveis, consoante com a legislação específica.

19. Receitas líquida dos serviços prestados

Receitas líquida dos serviços prestados	2025	2024
Anuidades Escolares	31.715.485	25.904.033
Anuidades Pleno	680.133	688.628
Outras taxas escolares	47.247	33.429
(-) Bolsas de estudo		
(-) Bolsas parciais (50%)	(460.922)	(361.487)
(-) Bolsas integrais (100%)	(3.663.246)	(3.099.708)
(-) Bolsas acordo coletivo	(1.622.398)	(1.381.814)
(-) Descontos Concedidos	(3.820.513)	(2.549.358)
(-) Devoluções	(5.147)	(354)
Outras contribuições educacionais		
M.Didático - CPDB - Apoio Bolsistas	25.692	17.641
Vale Transp. - CPDB - Apoio Bolsistas	-	62.784
Uniformes - CPDB - Apoio Bolsistas	9.781	11.043
(-) Demais gratuidades concedidas		
M.Didático - CPDB - Apoio Bolsistas	(25.692)	(17.641)
Vale Transp. - CPDB - Apoio Bolsistas	-	(62.784)
Uniformes - CPDB - Apoio Bolsistas	(9.781)	(11.043)
Lanches - CPDB - Apoio Bolsistas	-	-
Demais gratuidades	(125.277)	(124.547)
Receitas	22.745.363	19.108.822

20. Custos dos serviços prestados

Custo dos serviços prestados	2025	2024
Salários	(7.827.500)	(6.847.552)
Encargos Sociais	(2.810.780)	(3.035.425)
Materiais	(255.058)	(107.790)
Depreciação e Amortização	(1.435.204)	(1.555.862)
Água	(849.221)	(667.446)
Energia Elétrica	(351.538)	(420.870)
Total	(13.529.301)	(12.634.944)

21. Despesas operacionais

Despesas operacionais	2025	2024
Salários	(4.157.298)	(3.572.234)
Encargos Sociais	(213.647)	(229.473)
Impostos e Taxas	(306.778)	(357.887)
Aluguéis	(240.054)	(725.795)
Serviços contratados de terceiros	(1.299.730)	(998.773)
Material de uso e consumo	(548.530)	(482.294)
Perdas Diversas	26.436	(72.124)
Provisão para Contingências	(633.999)	(204.476)
Despesas gerais		
<i>Gastos médicos</i>	(951.450)	(894.125)
<i>Gêneros alimentícios</i>	(346.427)	(360.206)
<i>Anúncios e publicações</i>	(249.744)	(231.086)
<i>Telefone</i>	(49.105)	(49.625)
<i>Demais despesas gerais</i>	(578.045)	(486.895)
Outras despesas/receitas operacionais	(38.448)	(425.843)
<i>Alienação de Imobilizado</i>	-	(59)
<i>Convênios filantrópicos</i>	(33.000)	(363.000)
<i>Outras operacionais</i>	(5.448)	(62.784)
Total	(9.586.819)	(9.090.836)

22. Encargos financeiros líquidos

Receitas (Despesas) Financeiras	2025	2024
Receitas Financeiras		
Rendimentos de Investimentos	178.326	34.304
Descontos Obtidos	22.534	2.993
Juros Ativos	389.465	726.960
Despesas Financeiras		
Despesas Bancárias	(48.096)	(53.470)
Juros e Comissões Bancárias	(54)	(9.944)
Juros Passivos	(697.826)	(732.183)
IOF	(1.086)	(18.832)
Resultado Financeiro Líquido	(156.737)	(50.172)

23. Cobertura de seguros

A Entidade mantinha coberturas de seguros em 31 de dezembro de 2025, com valor considerado pela Administração da Entidade suficiente para cobrir eventuais riscos de responsabilidades e sinistros inerentes a seus ativos de valores relevantes.

ESCOLA SALESIANA SÃO JOSÉ

Pe. Orivaldo Voltolini
CPF: 831.590.108-72
Diretor Presidente

Nataly Monteiro Milanez Fernandes
CRC 1SP276220/O-6
Contadora